

FORMULÁRIO DE CANDIDATURA AO PEPAL – 6.ª EDIÇÃO – 2.ª FASE
NÍVEL DE QUALIFICAÇÃO 4 – CURSO TECNOLÓGICO DE NÍVEL SECUNDÁRIO

Legislação aplicável:

Decreto-Lei n.º 166/2014, de 6 de novembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 46/2019, de 10 de abril, que estabelece o regime jurídico do PEPAL.

Portaria n.º 114/2019, de 15 de abril – regulamenta o PEPAL.

Portaria n.º 256/2014, de 10 de dezembro -fixa o montante mensal da bolsa de estágio no âmbito do PEPAL.

Portaria n.º 142/2019, de 14 de maio - fixa o número máximo de estágios na 6.ª edição – 2.ª fase do PEPAL.

1. IDENTIFICAÇÃO DA OFERTA DE ESTÁGIO

Entidade promotora																														
N.º do aviso											Data																			
Referência do estágio																														
Designação do curso tecnológico																														
Área de formação (CNAEF)																														

Os seus dados pessoais serão tratados na aceção do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016)

2. IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Nome completo																															
Data de nascimento									Género:	Feminino										Masculino											
Nacionalidade																															
Cartão de cidadão														Validade																	
N.º de identificação fiscal											N.º de segurança social																				
Morada																															
Código postal																															
Localidade																															

7. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

É detentor(a) de experiência profissional: **SIM** **NÃO**

8. FORMAÇÃO PROFISSIONAL

É detentor(a) de formação profissional: **SIM** **NÃO**

9. DECLARAÇÕES

9.1 “Declaro que reúno os requisitos previstos no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 166/2014, de 6 de novembro”.

9.2 “Declaro, sob compromisso de honra, que todas as informações prestadas neste formulário são verdadeiras”.

Localidade: _____ Data: _____

Assinatura: _____

DOCUMENTOS QUE ANEXA À CANDIDATURA

DOCUMENTOS	ENTREGUES (a preencher pela entidade promotora)
Declaração da Segurança Social da qual conste o registo de remunerações do(a) candidato(a), ou a não existência das mesmas, com indicação do código da atividade a que respeitam as remunerações, caso existam.	
Fotocópia do certificado de curso tecnológico de nível secundário onde conste a média.	
Fotocópia de certificados de formação profissional, que comprovem o nº de horas de formação (se aplicável).	
Fotocópia de comprovativo da incapacidade igual ou superior a 60% (apenas no caso dos candidatos que assinalaram pretender beneficiar do regime previsto na lei).	
Outros: (especifique)	